

O movimento associativo estudantil do IIL ao ISEL no contexto da Academia de Lisboa

A situação política em Portugal nos inícios dos anos setenta do século vinte:

A LUTA DOS ESTUDANTES

A falência da “demagogia liberalizante” como as forças da oposição caracterizaram o governo de Marcelo Caetano, a frustração das promessas da “primavera marcelista”, iam diminuindo a base social e política do regime. Cada vez mais camadas da população, particularmente a pequena burguesia urbana, pressionadas pelo agravamento da situação, voltavam-se contra a ditadura salazarista sem Salazar.

O aumento do custo de vida, devido ao crescimento das despesas com as guerras em África, que iam piorando sem fim à vista, o consequente derramamento de sangue de milhares de jovens portugueses (e africanos!); o incremento da repressão policial que atingia trabalhadores, estudantes, intelectuais, democratas com ou sem partido, fazia engrossar as fileiras dos que lutavam pelo derrube do regime fascista.

O contraditório desenvolvimento económico do País (com a estagnação nalguns sectores e o florescimento dos sectores monopolistas), a crise crónica da agricultura (saíram um milhão de portugueses emigrantes na década de 60), o isolamento internacional de Portugal e a penetração crescente do grande capital transnacional, eram outros traços fundamentais associados à política antinacional do governo da ditadura, provocando o descontentamento e a revolta crescente das massas populares.

Alguns autores referem-se aos finais da década de 60 como os “anos de ouro da economia em Portugal”. Analisando de forma tecnocrática os números de uma economia de guerra, com muitos negócios sujos do sangue vertido em África, a conclusão é falaciosa, tomando uma parte pelo todo. Com uma agressiva estratificação social, as grandes riquezas e mesmo as camadas médias coexistiam com milhares de famílias a viverem em barracas e “ilhas” degradadas nos arredores de Lisboa e Porto. Sem Segurança Social institucional, a pobreza e a indigência na velhice eram uma chaga dolorosa que a caridade cristã de uma Igreja ao lado do poder não disfarçava.

Nos meios estudantis, apesar da barragem censória do governo, a problemática da guerra afligia os jovens estudantes, confrontados com a alteração da lei do “Adiamento Militar”, propositivamente para incorporar dirigentes e activistas da Associação Académica de Coimbra, como represália pela excepcional luta estudantil empreendida a partir de Abril de 1969. Desde essa altura também centenas de estudantes de Lisboa e do Porto foram incorporados devido às informações de “mau comportamento”, e de “mau aproveitamento” de directores, reitores e da própria polícia política.

O regime pretendia “matar dois coelhos com uma cajadada”. Jugular o Movimento Estudantil e arranjar mais quadros milicianos, furriéis e alferes para as guerras em crescendo. Saiu-lhe o “tiro pela culatra”, como diz o ditado popular, pois a incorporação de jovens idos das escolas, com hábitos de discussão democrática, de contestação dos poderes autocráticos, levou para os quartéis e zonas de conflito, o desalento, a contestação e a revolta de uma juventude sacrificada ingloriamente.

Bem se queixava o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, no discurso de fim de ano de 1970, da indisciplina e da contestação nos quartéis, transportada pelos estudantes mobilizados, prometendo “mão firme” na sua repressão.

O fascismo tinha cometido um “erro político estratégico”, o sentimento anti-guerra era cada vez mais generalizado e transversal a camadas e classes que antes se tinham mantido “neutras”. Os filhos da pequena e média burguesia juntavam o seu protesto ao dos trabalhadores. O regime tinha os dias contados.

Os conflitos em África agravavam-se dia a dia, sobretudo na Guiné-Bissau, onde o PAIGC, com os modernos foguetes terra-ar “Strella”, de fabrico soviético, abatiam aviões e helicópteros, invertendo definitivamente o curso de uma guerra que Spínola tinha jurado ganhar com a sua Acção Psicológica (APSIC) e sobretudo com a “africanização da guerra”, adoptando a velha táctica de voltar as várias etnias umas contra as outras. Cada vez eram mobilizados mais e mais soldados lançados na fogueira colonial, mas o curso da luta de libertação, sob a direcção de Amílcar Cabral, era inexorável, a Guiné declararia a sua independência em 1973.

Em Angola, a ofensiva no Leste, desenvolvida pelo MPLA nos finais da década de 60, depois de um período de desavenças internas, voltou a pôr a guerrilha na senda da iniciativa estratégica. Em Moçambique, depois de cantada “a vitória definitiva” por Kaúlza de Arriaga, com o desastre estratégico da operação megalómana “Nó Górdio” em 1970, Samora Machel fizera um golpe de génio trazendo a guerrilha para o Centro-Sul, ultrapassando o Zambeze e chegando ao distrito da Beira (Manica-Sofala).

Os povos africanos e o povo português travavam a mesma luta contra o fascismo e o colonialismo. A sobrevivência do regime assentava cada vez mais no pilar policial e pidesco que aumentava a virulência na medida em que crescia a luta dos trabalhadores, dos estudantes, dos jovens, das mulheres e de outros sectores da sociedade.

A manobra demagógica da mudança de nome de PIDE para DGS (Direcção Geral de Segurança) foi completamente desmistificada pela actuação cada vez mais feroz e refinada da polícia política. No fim do ano estavam presos dezenas de estudantes (e de outros portugueses) nas cadeias de Caxias, de Peniche e do Porto, que cumpriam penas ou estavam sujeitos a bárbaros interrogatórios, com sevícias e torturas em que a PIDE/DGS, como o povo lhe chamou, pretendia arrancar “confissões” e, em última análise, destruir de forma premeditada e sistemática o carácter dos detidos.

A constituição da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, em 31/12/70, agregando personalidades de vários credos e ideologias, fazendo a denúncia das ilegalidades e abusos permanentes, concitando apoios a nível internacional, fez encolher as garras da PIDE/DGS, um “estado dentro do Estado”. Por represália a polícia política prendeu vários dos membros fundadores da CNSPP, confirmando o carácter terrorista do regime que ainda se iria aguentar por mais de 3 longos e dolorosos anos, até que os militares patriotas do Movimento das Forças Armadas, com o apoio do povo português, pusessem fim à longa ditadura de 48 anos!

Armando de Sousa Teixeira

Aluno do IIL e ISEL, dirigente da ADAIIL 1969/70

Eng.º Químico

O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico.

Cabo Ruivo: "Tempos de Revolta"

(adaptado do livro de Armando Sousa Teixeira - em preparação)

A manhã de Dezembro (1970) estava fresca em hora madrugadora, no transporte colectivo balanceado, nauseante, pelo longo caminho do "autocarro 32" que cruzava meia cidade até ao destino final - a Avenida Marechal Gomes da Costa na zona de Cabo Ruivo.

Era o primeiro dia de aulas nas novas instalações e tinham combinado ir cedo para informar os estudantes, regressados de um longo período de férias, com escasso conhecimento dos graves atropelos que de resto já vinham da Buenos Aires, mas que se agravaram com o despacho oficial do Subsecretário do Ministério de Veiga Simão, de suspensão da ADAIIL, e com a recusa da entrega das instalações associativas.

Não havia muita gente no átrio às nove da manhã, mas o Primo e o Silva, à vez, de megafone em punho, chamavam a atenção do grupo expectante que aumentava à medida que mais estudantes chegavam, enquanto a Susana e a Graça "batiam" os corredores do excelso edifício a distribuir o documento intitulado "Meeting", que mobilizava para uma reunião às 14.00h, para discutir as questões que se colocavam de imediato nos aspectos sociais e prestativos com a Associação encerrada.

Entretanto o Rui afixava cartazes de protesto nas paredes quando o João subiu para uma das mesas de vidro grosso que enfeitavam o átrio luxuoso, para contar de viva voz o que se estava a passar: não temos Cantina, o Bar é caríssimo, não temos Sebentas (estão milhares na Buenos Aires!), os transportes são escassos e caros, os Laboratórios não estão equipados e suspenderam a Associação!

Mais gente se foi juntando a escutar a mensagem até que o contínuo Charneco, com outros capangas, apareceu a interromper intempestivamente o solilóquio:

- O senhor subdirector chama-o ao gabinete!
- Diga ao senhor engenheiro que irei quando completar a informação aos estudantes!
- Mas é urgente! Venha se faz favor! ... - acto contínuo o empregado puxou o dirigente associativo pelo braço.
- Ó homem, não me puxe! Já lhe disse que vou quando acabar, está a agredir-me!

Um coro de protestos apoiou a resposta em tom alto e o funcionário recuou enquanto os circunstâncias apertavam o círculo à volta do discursante que continuou a intervenção

- Senhor subdirector, dá-me licença? ...
- Porque não veio logo quando o chamei?! Já sabe que estão proibidas as reuniões, o director não está cá e não quero chatices! - o tom grosso da voz mostrava o incómodo e a crispação momentâneas.
- Senhor engenheiro, não se tratava de uma reunião, apenas de um acto de informação e boas vindas aos novos alunos no dia da reabertura do Instituto.
- Não se arme em esperto! Se fosse director punha-o imediatamente na rua!

Seria de resto o que aconteceria ao longo dos

meses de Dezembro/70 e Janeiro de 71, em que foram suspensos preventivamente mais de uma dezena de dirigentes e colaboradores associativos (treze no concreto!).

Depois da manhã atribulada, a tarde começou com o regresso do director, acolitado por contínuos, a arrancar aos gritos os cartazes afixados no átrio. Recuou interpelado pelos alunos que se iam juntando para participarem na reunião-"meeting", que começou por decidir uma deslocação em protesto ao gabinete do dito. Mais de 300 discentes confrontaram-no com os actos prepotentes e a não resolução dos problemas instantes.

- Não pensem que me metem medo! Só recebo uma delegação de dirigentes! - pigarreou num assomo de quem tinha as "costas quentes".

- Somos todos dirigentes! - gritou alguém no meio da escada que dava acesso ao rés-do-chão, completamente lotada.

Ainda nesse dia 4/12/1970, ao fim da tarde, saíra um despacho com as quatro primeiras suspensões sem qualquer fundamentação. Os quatro alunos foram intimados a identificarem-se, após a dispersão no final do "Meeting", que aprovou a continuação da luta, por uma chusma de homens de mão da direcção, apoiados por agentes infiltrados à paisana. Conduzidos à força ao gabinete do director receberam ordem de "expulsão imediata das instalações", executada brutalmente e à vez pelos empregados e pides.

Uma cena típica de terror fascista, autenticada com o papel timbrado afixado com as suspensões de Abílio Silva, Luís Parente, Rui Baltazar e Suzel Frazão, assinada por Mário Bettencourt, a "bem da Nação".

Apesar da repressão insana a revolta não esmoreceu, daí a uma semana realizou-se um vibrante Plenário com mais de 400 estudantes no átrio. Na "nova" escola de Ensino Médio de Engenharia em Cabo Ruivo onde nunca houve a anunciada reforma do Ministério de Veiga Simão (que nem se atreveu a fazer a cerimónia de inauguração!), lutou-se até ao Abril distante pelo direito de associação, pela liberdade de expressão, por um ensino moderno, humanizado e competente, pela Reforma Democrática do Ensino. Apesar dos ultrajes, das humilhações, dos castigos, das prisões, os estudantes do velho IIL, criado em 1852, reformado em 1919 na Buenos Aires, reinstalado em 1970 em Chelas, deram um contributo importante no caminho da Revolução.

Quando no dia 29 de Abril de 1974, no primeiro grande Plenário em liberdade no anfiteatro, um professor veio entregar as chaves do CACE (Centro de Atividades Circum-Escolares) aos antigos dirigentes da ADAIIL, perceberam que valera a pena. Foram de alegria as lágrimas então vertidas, como ainda hoje na emoção das memórias e na homenagem aos que já não estão connosco.

Armando de Sousa Teixeira

Aluno do IIL e ISEL, dirigente da ADAIIL 1969/70
Eng.º Químico

O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico.

Luta contra o Ensino Superior de Curta Duração

Decreto-Lei n.º 427-B/77 de 14 de Outubro

Estamos em meados de Outubro de 1977.

— Ora viva, Manel! — Grita o António lá de longe. — Já sabes da última?

— O que foi desta vez? — Pergunto, curioso.

— O Cardia quer lixar a malta — Responde ele, sem rodeios. — Saiu agora o Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de Outubro, que cria o Ensino Superior de Curta Duração.

— Homessa? — Resmungo. — Sempre a mesma história. Este gajo quando foi aluno era todo revolucionário. Consta que levou pancada à séria da PIDE e agora virou autoritário. Vá lá um gajo perceber isto.

— Pois é, Manel! E se achavas que o estatuto do IIL era mau, espera até veres o que ele está a propor agora.

— Lá estás tu com essa tua vigilância democrática! — Brinco. — Ainda bem que manténs essa chama desde os tempos do antes do 25 de Abril.

Ele ri, mas ambos sabemos que não é brincadeira. As coisas estão complicadas e o António, como sempre, está atento às manobras. Cardia quer fazer-nos passar de cavalo para burro. É inadmissível! Comparamos os dois decretos! (Fig.1 e Fig.2)

...
Decreto-Lei n.º 427-B/77 de 14 de Outubro A formação de técnicos de nível médio desapareceu completamente em consequência da aplicação dos Decretos-Leis nos 830/74 de 31 de Dezembro..., que transformaram o antigo ensino médio em ensino superior

Artigo 1.º

É instituído o ensino superior de curta duração tendente à formação de técnicos especialistas ... a nível superior intermédio.

Artigo 2.º

...
4 - Até ao início do ano lectivo de 1981-1982 proceder-se-á a idêntica reconversão relativamente aos institutos superiores de engenharia ora existentes.

Fig.1- Excerto do Decreto-Lei n.º 427-B/77 de 14 de Outubro, descrevendo a parte relevante do Decreto-Lei n.º 427-B/77 de 14 de Outubro, que estabelece o ensino superior de curta duração. Este afecta gravemente o estatuto adquirido pelo ISEL com a publicação do Decreto-Lei n.º 830/74 de 31 de Dezembro de 1974 (Fig.2).

Retomando a conversa com o António, este atira de chofre:

— O Cardia com esta atitude está a anular todo o trabalho árduo realizado pela equipa do ISEL e pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

— Ó pá só passaram 3 anos e já nos estão a impedir de progredir e atingir os níveis de qualidade que desejamos ter. Isto vai ficar feio...

Artigo 1.º

1 -

Passam a ser designados por institutos superiores de engenharia os actuais institutos industriais.

2 - ...

Artigo 2.º

1 - Os institutos superiores de engenharia são escolas de nível universitário, dotadas de personalidade jurídica e de autonomia administrativa.

2 - Neles se conferem os graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento.

Fig.2- Excerto do Decreto-Lei n.º 830/74 de 31 de Dezembro

— Se o Cardia visitasse o ISEL e se falasse com a malta via a realidade duma escola que faz muito com muito pouco. Já estamos a formar bacharéis com sucesso. Em 1977/78 terminam os alunos que se inscreveram em Outubro de 1974/75, o primeiro ano lectivo pós 25 de Abril de 1974. O Curso foi de 4 anos, ou seja, o ano zero mais três de Bacharelato. O ano zero foi necessário. Fez parte da adaptação do IIL para o ISEL. O ingresso no ano zero não teve exames de admissão. Foram também admitidos alunos dos antigos 5º ano dos Liceus e das Escolas Industriais.

O António respondeu-me logo, com um sorriso sarcástico: — Tu és tonto ou quê? O homem tem mais que fazer. Não vai perder tempo com a estudantada.

— A propósito, lembrei-me de uma coisa — interrompi, mudando de assunto. — Sabes quem vai terminar o bacharelato em Electrónica e Telecomunicações este ano?

— Não faço ideia, Manel. Quem é? — O Fernando Santos, aquele jogador do Estoril Praia. Começou no IIL e está a acabar aqui, no ISEL. O pai dele disse: "Só jogas futebol se fores engenheiro", e ele levou a sério. Vai terminar agora, em 1977.

Jacinto, que estava perto, logo comentou, empolgado: — Esse gajo vai longe! Vi o jogo contra o Benfica, ele jogou muito bem, mas o resultado foi 2-1 para o Benfica.

— Ó Jacinto, deixa isso. Vamos mas é "malhar" no Cardia — cortou António, com ar decidido.

— Alguém viu o Zé hoje? — Perguntou Manel, olhando ao redor.

— Acho que foi à aula de Electrotecnia — respondeu Artur, casualmente.

— E tu, Manel? Vais terminar o curso no ISEL também, certo? — perguntou António.

— Devia... mas sabes como é... a política...

— Respondi, com um sorriso meio envergonhado.

Foi então que decidimos agir. Precisávamos responder à altura. Tínhamos a noite toda. Fomos para casa do Zé, traçámos um plano de acção para enfrentar a ameaça do Cardia. Decidimos ir de sala em sala e pedir aos professores uma breve interrupção para informarmos os estudantes sobre a gravidade da situação que ameaça o ISEL. Anunciámos que, em 48 horas, iria haver uma Reunião Geral de Escola (RGE) envolvendo professores e estudantes, e que todos deviam estar presentes. Além disso, colocámos um cartaz gigante no átrio, explicando a situação para que ninguém fique de fora.

— Ó António, fala com o João para ele fazer o cartaz para o átrio.— Diz o Manel, com determinação.

— Ele é mestre nas artes. Tintas e papel cenário são com ele! Uma caricatura do Cardia fica bem com o seguinte texto:

1. Reunião entre as DAE's dos Institutos Superiores de Engenharia de Lisboa, Coimbra e Porto.

2. Escrever um comunicado para os Jornais e um boletim sobre o tema com o historial mais detalhado.

3. Greve de uma semana às aulas e formar piquetes de professores e alunos que irão visitar as fábricas de Cabo Ruivo (Cintura Industrial de Lisboa) informando os trabalhadores da situação. O slogan é "Trabalhadores e Estudantes a mesma luta!"

4. Recolher assinaturas para que o assunto seja abordado na Assembleia da República.

5. Participar no Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) em Coimbra, onde já está agendado a discussão sobre o Dec. Lei 781-A/76, de 28 de Outubro que regulamenta a gestão das escolas do ensino superior e sobre a criação do ensino superior de curta duração (Dec. Lei 427-B/77, de 14/10).

6. Solicitar uma audiência ao Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) e expor o desagrado da atitude autista do Sr. Ministro Sottomayor Cardia.

7. Formar uma Comissão de professores e alunos que deverá elaborar um projecto de criação de licenciatura.

8. Estabelecer o diálogo com Comissão de Educação da Assembleia da República e convidar os deputados dessa comissão para uma sessão de esclarecimento no ISEL.

Na noite seguinte, após fechar o Bar e a Papelaria da AEISEL, seguimos para os jornais do Bairro Alto para entregar o comunicado sobre a situação em que o MEIC colocou ao ISEL.

O Jacinto, com seu jeito brincalhão, cantarolava o nome dos jornais, citando o celebre ardina:

"República, Popular, Lisboa, A Capital".

A lengalenga ficou famosa, quase um hino entre nós. Tem um tom revolucionário.

— Não esquecer a cervejaria Trindade! — Acrescentou logo o Artur.

— Claro que não, já está na lista — Respondeu o António.

— Lá vai uma, lá vão duas cervejas para refrescar as ideias e dar ânimo ao coração — Disse o Manel, com um sorriso, enquanto todos riam.

— Precisamos avisar o Zé — lembrou alguém. E assim seguimos, prontos para mais uma noite de resistência e de camaradagem.

Começámos a pôr em prática a agenda da RGE. Foi requerido ao ministro uma audiência e a resposta veio em quinze dias. Lá fomos nós à hora combinada. Estamos na 5 de Outubro, mas o Ministro não nos recebeu. Fomos informados que seria com o Sr. Director-Geral do Ensino Superior, Professor Doutor Marçal Grilo. Resumimos a audiência, numa única palavra: "Nim". Aliás já estávamos à espera de algo semelhante. A nossa expectativa, infelizmente, era baixa e concretizou-se. Nós saímos dali tristes e ainda mais revoltados, mas desistir não faz parte de nós. Nós achamos que temos razão. É uma escola unida a reivindicar a concretização do DL 830/74. A luta irá continuar noutras frentes.

— É pá! — Exclamou o Manel, cheio de entusiasmo.

— A Comissão de Educação da Assembleia da República agendou uma audiência connosco em tempo record! Vamos lá, malta! Levamos alegria e entusiasmo nos bolsos! Afinal, é a Casa da Democracia! Pode ser por aqui que vai haver solução.

O Artur, sempre enérgico, gritou com determinação:

— Malta, vamos aproveitar a crise política do 1º governo do Mário Soares! Vamos usar isso a nosso favor! Vamos fazer figas e rezar para que dê certo! É a nossa oportunidade!

Para nossa satisfação, a crise política abalou o 1º Governo de Mário Soares, que apresentou uma moção de confiança em 7 de Dezembro de 1977. A moção foi rejeitada, resultando na queda do governo. Em 23 de Janeiro de 1978, Soares formou o seu IIº Governo, desta vez com o apoio do CDS, mantendo-se no poder até 27 de Julho de 1978. No entanto, para nosso desagrado, o Ministro da Educação e Cultura, Sottomayor Cardia, continuou no cargo. Ainda assim, o governo está a prazo. A validade está a esgotar-se. Vai haver eleições intercalares.

A reunião foi decisiva, marcando um verdadeiro ponto de viragem na nossa luta. Sem dúvida, representou um passo crucial para a nossa vitória. Os deputados da Comissão de Educação compreenderam plenamente o nosso problema e adoptaram uma posição favorável às nossas reivindicações. Destacaram-se o empenho do deputado Dr. Pedro Roseta (PSD), do deputado Eng.º Krus Abecasis (CDS) e de um deputado do PCP. Quanto ao deputado do PS, a resposta foi o clássico "Nim". Como resultado, todos os artigos e alíneas que mencionavam a integração dos Institutos Superiores de Engenharia no Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de Outubro (fig. 1), referentes ao Ensino Superior de Curta Duração, serão removidos.

O Decreto-Lei 427-B/77, de 14 de Outubro, foi finalmente "morto". Foi aprovada a Lei n.º 61/78 de 28 Julho. O ISEL, fruto do empenhamento dos seus dirigentes

associativos e do apoio dos estudantes, venceu esta batalha política. O Decreto-Lei 830/74, está vivo. Vamos continuar a reivindicar as licenciaturas, o doutoramento e o nível universitário para o ISEL.

— Conseguimos mesmo! — Disse o António, radiante. — Eu li a Lei nº61/78 de 28 Julho.

— A malta merece umas cervejolas! — Acrescentou o Artur, com um sorriso largo.

— Hoje tem que haver festa! — Exclamou o Jacinto.

— Oh malta, hoje a excursão é até à Trindade!

Epílogo

E assim chegou ao fim a presidência da AEISEL de 1977/78. Um capítulo marcado por episódios emocionantes, repletos de momentos de pura felicidade, de uma alegria contagiante e de um entusiasmo inesgotável. Foram tempos em que, muitas vezes, deixámos o coração comandar mais

do que a razão, mas sempre com a missão clara de servir o bem comum. Ainda hoje a memória destes pedaços preciosos de vida nunca falha em fazer-nos sorrir - e revisitar as nossas loucuras continua a arrancar-nos as maiores gargalhadas. Olhando para trás, vemos que a chave do sucesso dessa jornada foi o sentimento de partilha e a camaradagem que nos uniam, uma força que nos impulsionava a superar desafios e a celebrar conquistas em conjunto.

25 de Abril sempre!

Viva o ISEL!

Viva Portugal!

Manuel Carvalho

Aluno do ISEL n.º 4312 e Presidente da AEISEL no ano letivo de 1977/78

Professor Aposentado do ISEL em 2024

Eng.º Informático

O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico.

O impacto do movimento estudantil nos cursos do ISEL (1978 a 2024)

O texto a seguir apresenta uma linha cronológica a partir de 1978, compilada com base em testemunhos diversos. Nele, exploramos outras etapas de luta que moldaram e contribuíram para a afirmação do ISEL como o conhecemos hoje

O Decreto-Lei nº 513-T/79 de 26 de Dezembro criou o Ensino Superior Politécnico, ou seja, este DL veio substituir o anterior Decreto-Lei 427-B/77, de 14 de Outubro de má memória. No entanto, a verdadeira implementação deste modelo só começou a ganhar forma a partir de 1985, com a publicação do Decreto-Lei nº 46/85, de 22 de Novembro. Na sequência deste último foi criado o Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) em 1986.

Com a criação do IPL em 1986, a possível integração do ISEL começou a tomar forma. No entanto, os estudantes, mais uma vez, ergueram a sua voz em protesto e novas lutas emergiram como inevitáveis. O ISEL resistiu firmemente, recusando qualquer integração imediata no IPL. A direcção da Associação de Estudantes do ISEL, sob a liderança do presidente Elísio Pinto da Silva, tomou as rédeas da oposição, encabeçando a resistência. Este apresentou em Reunião Geral de Alunos (RGA) uma proposta de greve total às aulas durante o 2º semestre do ano lectivo 1985/86, que veio ser aprovada e que foi cumprida de forma plena pelos estudantes. Os exames acabaram sendo adiados para Setembro de 1986, pouco antes do início do novo ano lectivo.

Com a publicação da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, que estabeleceu a Lei de Bases do Sistema Educativo, o artigo 13.º, alínea 6, conferiu ao ISEL a

possibilidade de criar e organizar Cursos de Estudos Superiores Especializados (CESE) para cada um dos cinco bacharelatos nas áreas de Electrónica e Telecomunicações, Energia e Sistemas de Potência, Civil, Química e Máquinas. O acesso a cada CESE exigia a conclusão do respectivo bacharelato. Assim, foram criados cinco CESE, com duração de dois anos, correspondentes às seguintes especializações: Controlo de Sistemas, Sistemas Industriais, Direcção e Execução de Obras, Química Industrial e Frio, Climatização e Ventilação Industrial. Os estudantes que concluíssem os três anos de bacharelato do ISEL e os dois anos do respectivo CESE obtinham o Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESE). Este diploma era considerado equivalente ao grau de licenciatura.

Com a criação destas “licenciaturas”, os alunos e a Direcção da Associação de Estudantes aceitaram a integração do ISEL no IPL em 21 de Setembro de 1988, uma vez que o Instituto passou a atribuir algo equivalente ao grau de licenciatura, no modelo 3+2.

Os primeiros CESE foram implementados no ano lectivo de 1989/1990. Posteriormente, em 1992/1993, uma nova reestruturação curricular resultou na criação das licenciaturas bietápicas, que substituíram os CESE, representando uma evolução significativa desse modelo.

Antes destes factos, os estudantes do ISEL que obtinham o grau de bacharelato (3 anos) e, posteriormente, ingressavam no ensino universitário para concluir o grau de licenciado eram obrigados a seguir um plano curricular distinto e, geralmente, mais extenso do que aquele do ISEL.

A implementação desses cursos foi possível graças ao empenho de uma dedicada equipa de docentes do ISEL, muitos deles ex-alunos, cujo compromisso foi determinante para o sucesso desta transformação. Os estudantes também desempenharam um papel ativo e fundamental, participando e apoiando todas as etapas do processo.

Vale destacar que estes cursos foram submetidos a um rigoroso processo de validação e escrutínio sendo acreditados pela Ordem dos Engenheiros, o que reafirmou a qualidade e o rigor técnico do ensino oferecido.

Em 1999, com a assinatura da Declaração de Bolonha, o ensino superior sofreu uma profunda reorganização. Os bacharelatos foram todos extintos, dando lugar a um modelo estruturado em três ciclos: licenciatura, mestrado e doutoramento. Esse novo sistema adoptou o formato 3+2, com cursos de licenciatura com duração de três anos, seguidos por dois anos de mestrado, modelo que permanece em vigor. A implementação deste sistema trouxe maior proximidade, equidade e uniformidade entre o ensino universitário e o ensino politécnico, promovendo mudanças significativas, especialmente para o ensino politécnico. Em 2006, foram formados os primeiros diplomados sob este novo modelo, aplicado de forma igualitária, tanto no ensino politécnico, quanto no ensino universitário. No entanto, a atribuição do grau de doutor continua a ser exclusivo das universidades.

Para todos aqueles que mantêm viva a memória do Decreto-Lei n.º 830, de 1974, que previa a aproximação do ISEL ao nível universitário e a possibilidade de atribuir o grau de doutor, esse objectivo permanece como uma meta distante.

Como ultrapassar esta restrição dado que o ISEL está integrado no IPL?

Este cenário gerou um sentimento de frustração dentro do Instituto que, apesar do seu desenvolvimento e contribuição para o ensino superior, está impedido de alcançar o estatuto universitário pleno e de conferir o tão almejado grau de doutor aos seus estudantes.

O descontentamento resultou em novas lutas reivindicativas dos estudantes e docentes do ISEL. Em 11 de Outubro de 2004, o Conselho Científico do ISEL publicou uma declaração manifestando a intenção de integrar o Instituto na Universidade Clássica de Lisboa. O Conselho Directivo do ISEL, em apoio do Conselho Científico, nomeou uma equipa de docentes que deveria materializar esse objectivo.

A equipa, determinada e proactiva, iniciou esforços para estreitar os laços entre o ISEL e a Universidade Clássica de Lisboa, na época liderada pelo Professor Catedrático José Barata Moura. Contudo, como o ISEL fazia parte do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), a proposta de 2004 precisava ser reorganizada e avaliada dentro de um contexto institucional mais amplo.

A 21 de Dezembro de 2005, o Conselho Geral do IPL e a Comissão Coordenadora do Senado da Universidade Clássica de Lisboa estabeleceram, em 28 de Junho de 2006, as bases para uma eventual integração. O processo avançou significativamente durante os mandatos do Professor Catedrático Sampaio da Nóvoa, reitor da Universidade Clássica, e do professor Vicente Ferreira, presidente do IPL. Apesar dos esforços e dos progressos, a colaboração não resultou no desfecho esperado. Como se costuma dizer, “houve namoro, mas não houve casamento”.

E assim passaram 17 anos! Só com a Lei n.º 16/2023, foi finalmente concedida a autorização ao Ensino Politécnico de organizar os planos de estudo que deverão concretizar os doutoramentos. O documento prevê ainda que, até 31 de dezembro de 2024, sejam apresentadas “as disposições necessárias à definição dos requisitos mínimos para a criação e funcionamento de um estabelecimento de ensino como Universidade Politécnica”.

Todos nós que “levamos” o ISEL no coração afirmamos, com imensa alegria, que foi preciso muito suor e lágrimas para que um objectivo, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 830/74 de 31 de Dezembro, se tornasse viável em 2023. Esperar quase 50 anos é muito, mas valeu a pena. O sonho é realidade.

Em 2024, no seu 50º aniversário, o ISEL enfrenta a grande responsabilidade de “passar do papel à prática”, criando condições para cumprir os requisitos para a concretização dos doutoramentos e alcançar este marco histórico. A jornada exige ânimo, paixão e resiliência - transformar em realidade o sonho que começou em 1974 é obrigatório.

Os responsáveis pelos órgãos do ISEL e do IPL são obrigados a ser colaborativos e ambiciosos, comprometendo-se a concretizar o que a lei permite e assim elevar a Instituição a um novo patamar de excelência e de inovação.

25 de Abril sempre!

Viva o ISEL!

Viva Portugal!

Manuel Carvalho

Aluno do ISEL n.º 4312 e Presidente da AEISEL no ano letivo de 1977/78

Professor Aposentado do ISEL em 2024

Eng.º Informático

O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico.

A Conquista dos Doutoramentos no Ensino Politécnico: Um Marco Histórico na Educação Superior em Portugal

O Decreto-Lei nº 513-T/79 de 26 de dezembro criou a autorização para a oferta de programas de doutoramentos no ensino politécnico representa um marco histórico na educação superior em Portugal. Após anos de esforço, esta conquista reflete o mérito e a autonomia académica das instituições politécnicas. No caso do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), a celebração é ainda mais especial, por coincidir com as comemorações dos seus 50 anos.

O ISEL, como outros institutos politécnicos, enfrentou desafios legais que limitavam a sua oferta académica, apesar da sua reconhecida excelência técnica e científica. Em resposta a essas restrições, emergiu um movimento significativo de mobilização, liderado por estudantes, docentes e dirigentes, culminando em ações de impacto nacional.

Entre as iniciativas mais marcantes, destacou-se a organização de um abaixo-assinado a nível nacional, que reuniu um número expressivo de assinaturas em defesa da causa. No contexto do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), o ISEL assumiu um papel de destaque como a unidade orgânica que mais contribuiu para esta mobilização. Esse protagonismo foi impulsionado pelo trabalho notável da sua Associação de Estudantes (AEISEL), que demonstrou uma capacidade exemplar de unir e envolver a comunidade académica. A atuação da AEISEL reforçou o compromisso dos estudantes com a causa e sublinhou a relevância de reconhecer o mérito e a autonomia das instituições politécnicas.

No dia 13 de janeiro de 2023, a Direção da AEISEL reuniu-se com a Presidência do IPL para entregar oficialmente as assinaturas recolhidas no âmbito da Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC). Esta iniciativa, de carácter nacional, contou com o apoio de diversas associações de estudantes, docentes e escolas, evidenciando a transversalidade e a força deste movimento em prol da autonomia do ensino politécnico.

Além da mobilização interna, houve um esforço articulado de sensibilização junto dos deputados da Assembleia da República. Podemos destacar uma iniciativa que decorreu no Instituto Politécnico de Lisboa, onde foram apresentados argumentos sólidos que evidenciaram a capacidade técnica e científica dos institutos politécnicos, a qualidade das suas infraestruturas e o impacto positivo desta mudança no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Estas ações, organizadas principalmente pela Federa-

ção Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP), contaram com uma participação ativa da AEISEL. Esta abordagem estratégica sublinhou o papel crucial do ensino politécnico no reforço da competitividade e inovação nacional.

O culminar deste movimento deu-se no dia 24 de fevereiro de 2023, quando a Assembleia da República aprovou, em Sessão Plenária, as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo (RJES). Estas alterações abriram caminho para que os institutos politécnicos possam ministrar programas de doutoramento e instituíram a categoria de "Universidade Politécnica".

A sessão contou com a presença de várias associações e federações de estudantes, incluindo a AEISEL, bem como de docentes e dirigentes das instituições de ensino superior politécnico, onde se incluiu o Presidente do IPL. Este momento histórico simboliza a união e determinação de uma comunidade que sempre acreditou no potencial do ensino politécnico para contribuir decisivamente para o progresso do país. A legislação aprovada baseou-se, também, em ajustes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 65/2018, que definiu critérios rigorosos para a criação de doutoramentos no ensino politécnico. Estes critérios incluíam:

- A qualidade das atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico;
- A existência de recursos humanos altamente qualificados;
- A adequação das infraestruturas e projetos de investigação às exigências do grau de doutor.

As recentes alterações legislativas reconhecem a evolução qualitativa do ensino politécnico em Portugal. Com a permissão para oferecer programas de doutoramento, estas instituições ganham um papel mais relevante no avanço científico e tecnológico do país, alinhando-se aos desafios de um mundo competitivo e inovador.

O ISEL, em particular, enfrenta agora o desafio de transformar esta conquista numa oportunidade concreta de excelência. Cabe à instituição demonstrar que o esforço coletivo dos seus estudantes e da comunidade académica foi fundamental no alcançar deste objectivo com impacto no futuro na sociedade.

Eng.º João Graça

Presidente da mesa da Reunião Geral da AEISEL

O Movimento Associativo Estudantil: Relevância e Desafios na Contemporaneidade

O Movimento Associativo Estudantil (MAE) em Portugal tem sido, ao longo das décadas, um pilar fundamental na defesa dos interesses e direitos dos estudantes, ajustando-se constantemente às transformações da sociedade, da democracia portuguesa e da integração europeia. Hoje, mais do que nunca, a missão deste movimento reflete as exigências de uma geração que enfrenta desafios complexos, mas oportunidades únicas.

Atualmente, o MAE reconhece a importância crescente das atividades lúdicas e desportivas como fatores cruciais para a integração, a saúde mental e o bem-estar físico dos estudantes. Estas iniciativas, para além de promoverem a coesão social, desempenham um papel vital na formação de uma vida académica equilibrada e saudável. Os crescentes investimentos em infraestruturas desportivas e recreativas, bem como a realização de eventos que incentivam a prática desportiva, tornaram-se elementos comuns e indispensáveis nas estratégias das associações estudantis.

A promoção do bem-estar vai além das atividades recreativas, abrangendo questões estruturais essenciais. O movimento continua a destacar, na sua agenda, temas fundamentais como a qualidade das infraestruturas educativas e a modernização das políticas educacionais nas instituições de ensino superior.

A luta por melhores condições de ensino permanece como um dos pilares do MAE, que defende a atualização constante das políticas educacionais para atender às crescentes demandas da comunidade estudantil. Além disso, o bem-estar social dos estudantes segue como uma prioridade, com a falta de residências estudantis, agravada pela crise habitacional nas grandes cidades, exigindo uma resposta urgente tanto das instituições quanto do Governo. Paralelamente, a reivindicação pelo congelamento das propinas continua sendo central, com o objetivo de garantir um ensino superior acessível e justo para todos.

Neste contexto, a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (AEISEL) tem desempenhado um papel ativo e relevante. Promove atividades que visam o bem-estar da sua comunidade académica, ao mesmo tempo que, no seu âmbito de ação, luta por uma política educativa mais justa. Para combater as adversidades que surgem a AEISEL, como para tantas outras associações, ter resiliência é essencial.

No contexto nacional, o MAE tem-se adaptado a uma realidade mais complexa, com estruturas organizacionais que abrangem diversos níveis, desde organizações desportivas até federações e associações político-educativas. A Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP) promove a consolidação do associativismo a nível nacional, criando uma agenda comum em prol do ensino politécnico.

A AEISEL, fiel à sua missão, participa ativamente dessas estruturas e eventos desde sua fundação, defendendo os interesses dos seus estudantes e reforçando sua presença em fóruns decisivos.

Entre os principais eventos do MAE destaca-se o Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA), realizado quatro vezes por ano. Esse encontro é crucial para debater e propor ações ao Ministério responsável pelo ensino superior. A AEISEL, como outras associações, sugere que o ministro participe como observador, para entender diretamente os desafios enfrentados pelos estudantes.

Criado em tempos de ditadura, o MAE surgiu como um movimento pela justiça e pelos direitos básicos. Hoje, em um contexto democrático, os desafios são outros: garantir a equidade na distribuição dos direitos conquistados e acompanhar a evolução do ensino superior. Embora algumas reivindicações tenham perdido adesão, o movimento segue firme na luta por melhores condições, inclusão e acesso universal ao ensino superior, mantendo sua relevância e compromisso com um futuro mais justo e inclusivo. O movimento continua a atuar de estudantes para estudantes, alimentando a chama construir um futuro mais justo.

Engº. João Graça

Presidente da mesa da Reunião Geral da AEISEL

nº 15

4-12-67

engrenagem

EDITORIAL

caloiro, vais chumbar!

É com uma afirmativa aterrorizante que nós chegamos até Ti. Se o fazemos é porque um determinado número de factos nos levam a prevenir-te, a falar-te sobre: Instalações-Alunos - Professores-Material.

INSTALAÇÕES

És caloiro. Foi ainda há bem poucos dias que entráste neste belo edifício, se é que assim lhe poderemos chamar. Na verdade, para ele, essa designação foi válida já lá vai um rôr de anos; agora nada mais é que um montão de destroços, de restos aproveitados, em equilíbrio instável. Tão instável que mandaram pôr um tapume a circunscrever uma zona de perigo. Era-o porque a queda do telhado, (de parte do telhado, seja - mos precisos), podia verificar-se de um momento para o outro. Foi até, ainda nos recordamos, que num dia sensacional os bombeiros o vieram colocar.

Mas, e como não podia deixar de ser, esta situação não podia continuar.

As chuvas acabaram por dar cabo da vedação, o tempo consumiu-a e as pessoas habituaram-se a passar na zona perigosas.

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DOS ALUNOS DO INSTITUTO INDUSTRIAL DE LISBOA

ENGRENAGEM

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

LIBERDADE

Nos meus cadernos de escola nas carteiras e nas árvores nas areias e na neve
Escrevo teu nome

Em toda página lida
Em toda página em branco
Pedra papel sangue ou cinza
Escrevo teu nome

Em toda imagem doirada e nas armas dos guerreiros ou nas coroas dos reis
Escrevo teu nome

Na floresta e no deserto nos ninhos e nas giestas nos ecos de minha infância
Escrevo teu nome

Nas maravilhas da noite no pão branco da manhã Nas estações em noivado
Escrevo teu nome

Em todo farrapo azul no tanque de água mafado No lago da lua viva
Escrevo teu nome

Nos campos e no horizonte Nas asas dos passarinhos E nos moinhos de sombra
Escrevo teu nome

Em todo sopro da aurora No mar e em cada navio Na montanha adormecida
Escrevo teu nome

Na branca espuma das nuvens Nos amores da tormenta Na chuva deusa e enfadonha
Escrevo teu nome

Nas formas resplandecentes Nos sinos de várias cores Em toda verdade física
Escrevo teu nome



Nos caminhos acordados e nas estradas vistas ou nas praças transbordantes

Escrevo teu nome

Na lâmpada que se acende Na lâmpada que se apaga Em minhas casas reunidas
Escrevo teu nome

Na fruta cortada e somada Do meu espelho e meu quarto No leite concha vazia
Escrevo teu nome

No meu cão guloso e terno De orlhas que estão em guarda Nas suas patas sem jeito
Escrevo teu nome

(continua pág. 4)

ENGRENAGEM

SUPLEMENTO INFORMATIVO

COMPANHEIROS

É do conhecimento geral a atitude deste "nosso colega", que durante a R.G.A. de dia 28 de Janeiro, se serviu de uma pistola contra colegas. Este indivíduo anda por aí à solta, tendo mesmo o desprate de vir às aulas, perante a passividade das Autoridades Académicas.

A Direcção da A.D.A.I.I.L., interpretando a vontade de todos os colegas, enviou ao Sr. Director do I.I.L. a carta que a seguir transcrevemos:

Conforme é do conhecimento de V/Exª, os alunos deste Instituto em R.G.A. protestaram veementemente perante o facto do aluno Nº 152 Carlos Manuel Maia Noqueira ter usado, com perigo de vida dos colegas presentes uma pistola cujo calibre é já considerado calibre de guerra (7,65).

Informamos os alunos que não podem admitir tal atitude num colega, agravada ainda, pelo facto de ter sido numa atitude de PROVOCAÇÃO PREMEDITADA.

Assim e porque verificaram que aparte do Inquérito policial a instaurar ao colega, não foi vedada a entrada a este, neste Instituto.

CONSIDERANDO que a presença na escola de tal colega, é ATENTÓRIA para a dignidade dos restantes colegas.



Órgão de Informação da Associação dos Alunos do I.I.L.

ENGRENAGEM

-EDITORIAL-

1- MARÇO DO 1º ANO DE LUTA REIVINDICATIVA DOS ESTUDANTES DO I.I.L.

No momento em que este comunicado chega ao teu conhecimento, atingimos o 1º ANO DA NOSSA LUTA REIVINDICATIVA. Com a realização da LUTA ANUAL DO COLÉGIO DE LUTA, a que foi provida a proposta de discussão com as AUTORIDADES ESCOLARES em igualdade de representação, do LECTUR DE FREQUENCIA LIVRE, A LUTA REIVINDICATIVA DOS ALUNOS DO I.I.L. atingiu uma nova fase. O recurso a formas de luta diversas e de diferente intensidade (pique-nique de protesto, greve parcial, H.C.A. com abstenção de aulas, etc. que vieram a culminar com a ABSTENÇÃO AS CHAMADAS NAS AULAS) possibilitou a expressão de um amplo apoio massivo (AULAS) possibilitou a expressão de um amplo apoio massivo a reivindicações apresentadas às AUTORIDADES ACADÉMICAS, o a conquista de pequenas mas importantes vitórias (subsídio de 50 contos autorização dos Colóquios, abertura da Sala de Propaganda, revogação das ordens de serviço, 1 e 2, pagamento do porteiro, revogação da ordem de expulsão de um empregado da A.D.A.I.I.L., anulação de processos disciplinares das faltas colectivas, revogação da proibição de CONVÍVIO, proposta de DISCUSSÃO COM OS ALUNOS DO ANUAL PROCESO) e ao mesmo tempo que o nosso Movimento tinha cada vez mais larga audiência entre os alunos do I.I.L.

As reuniões Gerais de Alunos em que se foi sucessivamente decidindo o prosseguimento da luta até à completa satisfação das nossas reivindicações, contou sempre com larga participação de estudantes (cerca de 3 centenas), o que representa um etapa muito importante na história do Movimento Associativo no I.I.L. e mostrou uma larga e intensa ligação com a massa estudantil do I.I.L. e as suas justas aspirações.

A acção reivindicativa, com base em objectivos amplamente sentidos, revelou-se, mais uma vez, a única orientação capaz de impôr o Movimento Associativo com um verdadeiro movimento de massa.

2- A POSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR E DO DIRECTOR FRENTE A NOSSA LUTA.

O desenvolvimento consequente da nossa luta acabou por vencer a indiferença e os obstáculos levantados pelas AUTORIDADES ESCOLARES e forçou pela 1ª vez e finalmente essas Entidades (conselho escolar, direcção geral, etc.) a entrar em consideração com as nossas reivindicações. O Conselho Escolar, optando a larga aceitação das nossas justas reivindicações e o firme espírito de luta das nossas estudantes, traduzido por formas cada vez mais enérgicas, não ouso, como sempre foi seu hábito, ignorar ou opor-se a uma situação de emergência no dia 11 de Março. Mas uma situação confusa se apresenta por um lado é muito limitada a acção do C.E. (não se sabe porque) por outro não se sabe se certo grau "amado" no I.I.L. é Director Geral do Ensino Técnico? O Subsecretário da Juventude e Desporto? O Ministro? O Comissário Nacional de M.P.? O Subsecretário da Administração Escolar?

(continua na pág. 2)

20/9/70
[ref. 1819/70]

ENGRENAGEM

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO DA
ASSOCIAÇÃO DOS ALUNOS DO IIL

NÚMERO
ESPECIAL

EDITORIAL

COMPANHEIRO:

Para ti que vens tentar a entrada no Industrial (nada fácil pois as vagas são poucas) ou para ti, que já és aluno, vai este número especial do "Engrenagem" o nosso órgão de Informação.

Tu que agora fazes exame de admissão, e decerto nunca frequentaste uma escola onde existisse Associação de Estudantes, poderás encontrar neste boletim, ainda que em poucas palavras, a razão de ser de uma Associação, como funciona e o que faz uma Associação, e ainda tu podes lembrar-te do que tem sido a vida da A.A.I.I.L. (ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DOS ALUNOS DO IIL) nos últimos três anos, com especial referência à sua situação actual (bem grave por sinal).

E, tu que já és aluno, talvez nunca tenhas tido oportunidade de conhecer esse resumo, ou até, quem sabe, de conhecer os fins e os porquês de uma A.A. (ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES) por parte da tua Associação.

Assim e por isso, parece-nos que a leitura deste boletim se revestirá do máximo interesse PARA TODOS.

Talvez te seja difícil, agora que os exames decorrem, teres tempo ou, até quem sabe, paciência para o leres de ponta a ponta, e, o que é mais importante para reflectires sobre eles; mas se não o leres agora, LEVA-CO-LÊ-O DEPOIS na próxima oportunidade e, quando começares as aulas, terás a satisfação de conhecer já alguém na tua nova escola. Terás a satisfação de conhecer a tua Associação Académica.

SETEMBRO DE 1970

ENGRENAGEM

órgão informativo da AEL/SEL

série VI
Nº3

20/10/75

Editorial

No início do novo Semestre os estudantes e as suas estruturas representativas começaram naturalmente a reflectir sobre todo o trabalho realizado e, em função das actuais condições, planeiam a perspectiva do trabalho a desenvolver. Do mesmo modo o órgão suopremio de ensino, o M.E.I.C., deverá definir qual o rumo a dar ao ensino tendo em conta os interesses das classes trabalhadoras.

As relações entre o M.E.I.C. e o I.S.E.L. embora não tendo sido profundamente fecundas alguns frutos nos trouxeram, e muitos outros poderiam trazer se as pessoas que estão, neste momento à frente da C.D. por isso, ostentarem interesse.

Uma pessoa que dentro do M.E.I.C. estava há muito a par dos problemas do ISEL como ministro, sempre se abriu a tudo o que fosse tomar o ISEL numa escola virada para as realidades nacionais, o Dr. Mesquita, foi recentemente "demitido" das suas funções. Mas que tem em claro que nas actuais condições não é senão a esquerda que se avança, antes pelo contrário, é a direita que se avança que se cria condições para que os estudantes em conjunto com as massas trabalhadoras definam qual o rumo a que deve obedecer o ensino no nosso País.

A direcção da Associação de estudantes tendo presente todos os dados da actual situação do ISEL e a experiência do semestre passado concluiu para o passado dia 14 uma reunião com todas as estruturas representativas dos estudantes do ISEL.

Esta ENGRANAGEM contém as posições da direcção perante os assuntos focados e que resultam não só desta reunião como doutros encontros que têm tido lugar.

A publicação de todos os problemas dos cursos passa pela utilização das nossas forças em torno de uma PLATAFORMA COMUM DE AÇÃO.

A unidade de todas as missões da maior força é a acção e permite criar condições que chamam à luta outros estudantes que por diversos factores ainda não compreenderam qual o seu papel na transformação da nossa escola.

A Direcção da Associação de estudantes

CONT. NA PÁG. 2

Sumário:

- EDITORIAL
- BALANÇO DA SITUAÇÃO PEDAGÓGICA
- BALANÇO DO TRABALHO DA CD
- BALANÇO DO TRABALHO ASSOCIATIVO
- ENTRADA DE NOVOS ESTUDANTES
- PERSPECTIVAS FUTURAS
- DEPARTAMENTO DE ELECTRÓNICA
- CONVOCAÇÃO
- POESIA
- SECÇÃO DESPORTIVA
- ÚLTIMA PÁGINA

pág. 1
pág. 1
pág. 4
pág. 6
pág. 8
pág. 8
pág. 8
pág. 8
pág. 8
pág. 8



UNIDOS e ORGANIZADOS

VENCEREMOS!

engrenagem

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO I.S.E.L.

Nº4
VIII série

24-10-77

Todos à RGE

QUARTA-FEIRA ÀS 10 E 18 HORAS

01. Ensino Sup. Curto

11 MEDIDAS A TOMAR

11 INFORMAÇÕES



NESTE NÚMERO:

- EDITORIAL
- CANTINA
- ENTRADA NO ISEL
- ENS. SUPERIOR CURTO
- MOV. FEDERATIVO

ENGRENAGEM

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ISEL

Editorial

Neste momento em que já se iniciaram de novo as aulas, os problemas surgem flutuando numa situação que já se vem arrastando há muito tempo. Cabe a esta Direcção da Associação e foi, para isso, que nos candidatamos pôr em cima da mesa os problemas sentidos por todos os estudantes através dos seus representantes e encontrar formas concretas de os ultrapassar.

Assim dentro desta perspectiva de trabalho é tarefa fundamental para nós, Direcção Associativa encetar desde já um trabalho de carácter pedagógico no ISEL. Parece-nos importante fazer um levantamento dos problemas sentidos e dar-lhe, através duma aberta e ampla discussão, uma resolução progressista que se ajuste às necessidades da massa estudantil deste Instituto e da vida Nacional. Vai caber à SECÇÃO PEDAGÓGICA desenvolver este tipo de trabalho, que nas páginas interiores do ENGRENAGEM está referenciado.

As eleições associativas realizadas no ISEL a quando da eleição desta Direcção mostrou clara e inequivocamente a vontade firme dos estudantes desta Escola enfiarem pelos objectivos programáticos apresentados, derrotando assim a direita nas urnas.

No início do mandato algumas dificuldades se nos puseram, dada uma certa desorganização em que a Associação se encontrava a todos os níveis que à partida nos impediu o desenvolvimento do trabalho. Passados esse momento inicial, tendo vindo adquirir um ritmo de trabalho que hoje já está muito melhorado.

Ao estarmos a organizarmo-nos em torno dos nossos problemas e a dar-lhes alternativas resolvidas, estamos a inserir-nos na ampla corrente unitária que hoje se desenvolve e alarga cada vez mais formando assim um todo capaz de se opor à política do Estado Burguês. Pela primeira vez, depois da Revolução de Abril, as forças reacionárias e sinistras, do fascismo veem-se no poder. Com o CDS no Governo não se deslumbrações que sirvam as camadas laboristas de Portugal. Com a continuação da mesma equipa no MEC não se abrem perspectivas quanto a soluções ajustáveis a situação do Ensino face à vida Nacional e é já por isso só uma indicação da continuação e agravamento duma política de porta fechada para os problemas do ensino.

No que respeita à Escola isto é tanto mais grave, que o MEC não aceita dialogar com o Instituto (ISEL) ouvindo e discutindo com os directamente interessados na resolução dos problemas que nos afectam. Legislar ouvindo os tecnocratas, atendendo às pressões dos órgãos imperialistas é a política normal do Edifício da Avenida 5 de Outubro.

A unidade e organização estudantil são factores essenciais para defender e consolidar as conquistas na Escola. Este é o grande apelo que fazemos a todos os estudantes, particularmente aqueles que votaram em nós. Sabemos todos dar resposta clara à política anti-estudantil que o MEC fica a aprovar. (cont)

sumário

- EDITORIAL
- ENSINO SUPERIOR CURTO
- SECÇÃO PEDAGÓGICA
- XIIº FESTIVAL
- QUE POLÍTICA SOCIAL ESTUDANTIL
- MOVIMENTO FEDERADO
- 1º MAIO
- ENGRENAGEM
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- 1ª GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ISEL
- ENDIA
- SOLIDARIEDADE COM CIÊNCIAS
- C. P. DE QUÍMICA
- C. P. DE FRACAS
- BAR
- SECÇÃO DE FOLHAS

série IX nº1
8-5-78